



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

(Do Sr. Cap. Alberto Neto)

Requer da Excelentíssima Ministra de Meio Ambiente e Mudança do Clima, Senhora Marina Silva, informações sobre a Operação Tamoiotatá 6, no município de Humaitá, a 590 km de Manaus, no sul do estado.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados requero seja encaminhado a Excelentíssima Ministra de Meio Ambiente e Mudança do Clima, Senhora Marina Silva, solicitação de informações sobre a Operação Tamoiotatá 6, no município de Humaitá, a 590 km de Manaus, no sul do estado.

Diante do exposto solicito resposta para os seguintes questionamentos:

1. O produtor rural autuado tem 20 dias para se defender ou pagar a multa. Existe assistência jurídica gratuita disponível para pequenos agricultores do sul do Amazonas que não têm condições de contratar advogado para responder a um processo administrativo ambiental?
2. Atividade agropecuária sem licença foi uma das infrações. Qual é o prazo médio para obter uma licença ambiental no Amazonas e qual o custo desse processo para um pequeno produtor familiar? O Ministério tem simplificação prevista para essa faixa?





3. A reincidência nas mesmas áreas mostra que embargos não resolvem o problema. O Ministério oferece alguma alternativa concreta de regularização para quem foi autuado — ou a única saída é a multa e o embargo indefinido, que inviabiliza a atividade e o sustento da família?

4. As multas somam mais de R\$ 3 milhões em março de 2026 apenas em Humaitá. Esse dinheiro vai para o Fundo Estadual de Meio Ambiente. Algum centavo desse valor retorna para as comunidades rurais da região, seja em infraestrutura, assistência técnica ou programas de regularização fundiária?

5. A operação mobiliza Ipaam, Polícia Militar, Polícia Civil, Bombeiros e órgão federal. Esse mesmo aparato do Estado está presente para oferecer saúde, educação e assistência técnica às famílias que vivem nessa região remota do sul do Amazonas?

6. Muitos produtores no sul do Amazonas estão em situação irregular por falta de regularização fundiária — não têm título de terra, não conseguem licença, não têm acesso a crédito. O Ministério tem ação concreta para regularizar essa situação antes de multar quem já vive em condição de abandono pelo poder público?

Justificativa

O Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) deflagrou, em março de 2026, sucessivas ações da 1ª etapa da Operação Tamoiotatá 6 no município de Humaitá, a 590 km de Manaus, no sul do estado. A operação é uma força-tarefa permanente do Governo do Amazonas estruturada em 15 etapas de aproximadamente 20 dias cada, com previsão de atuação até dezembro de 2026, cobrindo o período mais crítico de pressão sobre a floresta amazônica.

Na ação realizada em 6 de março, as equipes percorreram cerca de 152 km ao longo da BR-230 e identificaram, no km 76, desmatamento





Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

de 15 hectares de floresta nativa, descumprimento de embargo ambiental previamente lavrado e atividade agropecuária de 100 hectares sem licença ambiental. O responsável pela área já havia sido autuado em ações anteriores da mesma operação. Como resultado, foram lavrados dois termos de embargo, totalizando 115 hectares interditados — área equivalente a aproximadamente 161 campos de futebol —, e aplicadas multas no valor de R\$ 585.500.

Entre os dias 2 e 3 de março, outra ação ao longo da BR-319, no km 70 no sentido Humaitá-Manaus, resultou em dez autos de infração e quatro termos de embargo, com embargo de 127,4 hectares e multas de R\$ 2.702.000. A fiscalização utilizou constatações de campo combinadas com análise de imagens de satélite e cruzamento de dados do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), metodologia que vem ampliando a efetividade das autuações na região.

A Operação Tamoioatá 6 é coordenada pelo Ipaam e reúne a Secretaria de Segurança Pública do Amazonas, a Polícia Militar por meio do Batalhão de Policiamento Ambiental, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros Militar e o apoio federal do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), vinculado ao Ministério da Defesa. A operação mantém três bases fixas em Humaitá, Apuí e Boca do Acre — municípios historicamente sob maior pressão de desmatamento no sul do estado.

Os valores arrecadados com as multas são destinados ao Fundo Estadual de Meio Ambiente (Fema), gerido pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema), e revertidos em ações de proteção e conservação ambiental. Casos de descumprimento de embargo podem ser encaminhados ao Ministério Público Estadual e ao Ministério Público Federal para adoção das medidas penais cabíveis. Os autuados têm prazo de 20 dias, a contar da notificação, para apresentar defesa administrativa ou efetuar o pagamento das multas.

Sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim





Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

de se assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Termos em que, pede deferimento.

Brasília, 10 de Março de 2026.

CAPITÃO ALBERTO NETO
Deputado Federal / PL-AM

